

Nota Técnica 48 - Desigualdades no Brasil: Renda, Gênero, Raça e os Desafios da Pobreza com Foco no Nordeste

Sergio Kelner Silveira¹

Carolina Beltrão de Medeiros²

Introdução

O estudo dos rendimentos médios e medianos per capita no Brasil é essencial para compreender as desigualdades existentes entre diferentes grupos da população. Esses indicadores, divulgados pelo IBGE³, fornecem uma base sólida para análises socioeconômicas e para a formulação de políticas públicas que busquem reduzir disparidades.

O rendimento médio per capita é calculado como a soma dos rendimentos de todas as pessoas dividida pelo número total de pessoas. Este indicador reflete a média geral de renda na sociedade, mas é suscetível à influência de valores extremos (altos ou baixos), o que pode distorcer a percepção da realidade econômica para a maioria da população.

Já o rendimento mediano per capita representa o valor central da distribuição de rendimentos, ou seja, o ponto em que 50% da população ganha menos e 50% ganham mais. Por ser menos sensível a valores extremos, a mediana é considerada um indicador mais robusto para entender a renda típica de uma população. Os dados analisados mostram que, no Brasil, o rendimento médio (R\$ 1.848) é significativamente maior do que o mediano (R\$ 1.177), evidenciando uma distribuição desigual de renda. Essa desigualdade é ainda mais evidente quando os rendimentos são desagregados por região, sexo, cor ou raça e suas interseções. A convergência entre rendimento médio e mediano é um sinal positivo de redução da desigualdade e maior homogeneidade na distribuição de renda.

Ao longo desta análise, serão explorados os principais pontos que demonstram como essas disparidades se manifestam e impactam diferentes grupos sociais, reforçando a importância de políticas públicas focadas em promover maior equidade.

1. Rendimento Médio per capita no Brasil, Regiões e UFs

O rendimento médio nacional, estimado em R\$ 1.848, supera de forma significativa o rendimento mediano nacional, que é de R\$ 1.177. Essa diferença destaca a presença de rendimentos elevados que elevam a média, evidenciando desigualdades na distribuição de renda entre os diferentes segmentos populacionais.

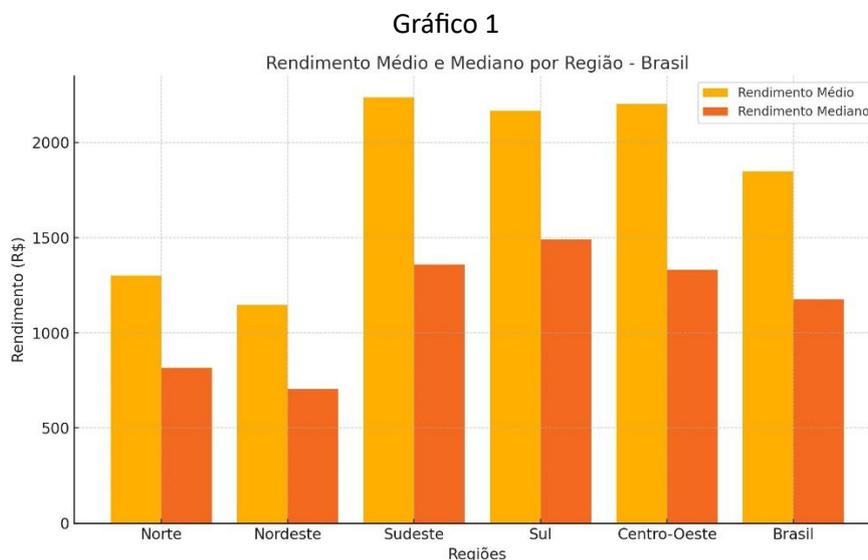
Na Região Norte, o rendimento médio registrado é de R\$ 1.302, enquanto o mediano é de R\$ 817, valores abaixo da média nacional. Palmas destaca-se como o município com o maior rendimento médio (R\$ 2.513) e mediano (R\$ 1.651) da região. Em contrapartida, o Acre apresenta os menores valores, com rendimento médio de R\$ 1.074 e mediano de R\$ 660, refletindo as disparidades internas na região.

¹ Economista do NISP: sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisadora do NISP: carolina.beltrão@fundaj.gov.br

³ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>

Na Região Nordeste, o rendimento médio é de R\$ 1.146, e o mediano é de R\$ 705, também inferiores à média nacional. João Pessoa apresenta os maiores valores da região, com rendimento médio de R\$ 2.715 e mediano de R\$ 1.084. Em contraste, o Maranhão registra os menores rendimentos, com R\$ 969 de média e R\$ 655 de mediana, posicionando-se como um dos estados mais vulneráveis economicamente.



Fonte: IBGE (2024)

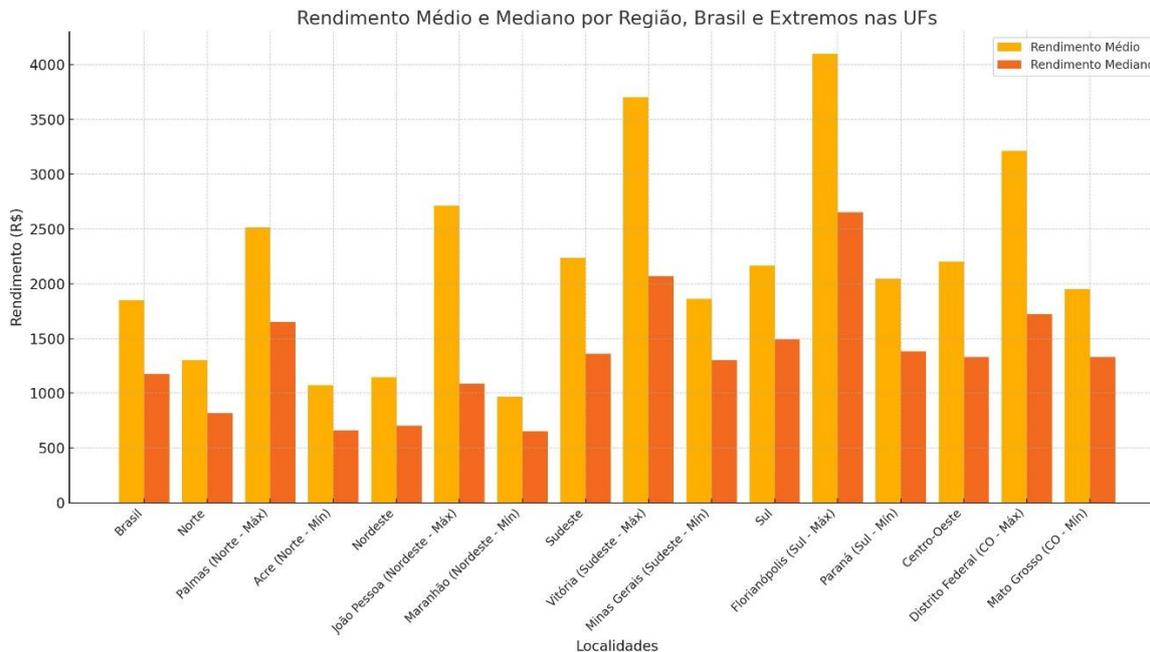
A Região Sudeste possui os rendimentos mais elevados entre as regiões, com média de R\$ 2.237 e mediana de R\$ 1.360. Vitória se destaca com os maiores rendimentos, sendo R\$ 3.703 na média e R\$ 2.069 na mediana. Por outro lado, Minas Gerais apresenta os menores valores da região, com rendimento médio de R\$ 1.863 e mediano de R\$ 1.303.

Na Região Sul, os rendimentos também estão acima da média nacional, com valores médios de R\$ 2.167 e medianos de R\$ 1.490. Florianópolis lidera como o município com os maiores rendimentos, registrando média de R\$ 4.099 e mediana de R\$ 2.653, os maiores do Brasil. Já o Paraná apresenta os menores valores da região, com rendimento médio de R\$ 2.046 e mediano de R\$ 1.383.

Por fim, a Região Centro-Oeste registra rendimento médio de R\$ 2.202 e mediano de R\$ 1.332. O Distrito Federal desponta como o local com os maiores rendimentos, sendo R\$ 3.215 na média e R\$ 1.722 na mediana. Em contrapartida, Mato Grosso apresenta os menores valores da região, com média de R\$ 1.948 e mediana de R\$ 1.331.

De forma geral, em todas as regiões, o rendimento médio supera o mediano, o que evidencia a desigualdade na distribuição de renda. Esse comportamento reflete a influência de rendimentos extremos que elevam a média, mas não impactam significativamente a mediana. Entre os destaques positivos, Florianópolis apresenta os maiores valores médios (R\$ 4.099) e medianos (R\$ 2.653) do Brasil, enquanto o Distrito Federal lidera na região Centro-Oeste.

Gráfico 2



Fonte: IBGE (2024)

Em contrapartida, o Maranhão registra os menores valores médios (R\$ 969) e medianos (R\$ 655) do país, seguido pelo Acre, que também apresenta baixos rendimentos.

Essa análise reforça a necessidade de políticas públicas que abordem as disparidades regionais e promovam maior equidade na distribuição de renda.

A diferença entre o médio e o mediano sugere a existência de desigualdades, com rendimentos mais altos elevando a média.

2. Coeficiente de Variação

O coeficiente de variação (CV)⁴ é uma medida estatística que avalia a dispersão relativa dos rendimentos domiciliares em relação à média ou à mediana, fornecendo informações sobre a homogeneidade ou heterogeneidade da distribuição de renda em determinado local. Um CV alto indica maior desigualdade ou dispersão nos rendimentos, refletindo maior variação dos

⁴ O Coeficiente de Variação (CV) é uma métrica que avalia a dispersão ou variabilidade de um conjunto de dados em relação à média ou mediana. No caso dos valores fornecidos: CV - Médio: 1,1%: Reflete uma dispersão baixa dos rendimentos em relação à média. No entanto, como a média é mais sensível a valores extremos (rendimentos muito altos ou muito baixos), o CV baseado na média pode ser influenciado por tais discrepâncias. CV - Mediano: 0,7%: Indica uma dispersão ainda menor em relação à mediana. Como a mediana é menos sensível a valores extremos, esse CV sugere que a maioria dos rendimentos está mais concentrada em torno de um valor central. Baixa Variabilidade Geral: Ambos os valores de CV são baixos (menores que 2%), indicando uma relativa homogeneidade na distribuição dos rendimentos no conjunto de dados analisado. Influência de Valores Extremos: A diferença entre o CV da média (1,1%) e o CV da mediana (0,7%) pode indicar que há alguns rendimentos muito altos ou muito baixos elevando a variabilidade da média em relação à mediana. Isso é típico em distribuições econômicas com desigualdade, onde poucos indivíduos concentram rendimentos elevados. A mediana apresenta menor dispersão, mostrando que, para a maioria da população, os rendimentos estão mais próximos uns dos outros, enquanto a média reflete maior impacto de outliers. Essa diferença reforça a necessidade de usar tanto a média quanto a mediana para uma análise mais completa da desigualdade econômica.

valores individuais em relação à média ou à mediana. Já um CV baixo sugere maior concentração dos rendimentos em torno de um valor central, indicando menor desigualdade.

No cenário nacional, o coeficiente de variação para o rendimento médio é de 1,1%, enquanto para o rendimento mediano é de 0,7%. Esses valores baixos refletem relativa homogeneidade na distribuição de renda quando analisada em escala macro. Entretanto, essa estabilidade nacional não elimina desigualdades regionais ou locais.

Em escala regional, os coeficientes de variação (CV) apresentam diferenças significativas que refletem a desigualdade na distribuição de renda. Territórios com altos CVs indicam maiores disparidades econômicas, enquanto aqueles com baixos CVs demonstram maior homogeneidade.

Teresina destaca-se com o maior CV do Brasil no rendimento médio (21,2%) e no mediano (9,9%), evidenciando grandes desigualdades econômicas. Essa realidade demanda políticas públicas específicas voltadas à redução das disparidades, especialmente para atender grupos vulneráveis. João Pessoa, com CV médio de 18,7% e mediano de 9,6%, ocupa a segunda posição nacional. Apesar de rendimentos elevados para os padrões regionais, a ampla diferença entre ricos e pobres evidencia a necessidade de ações redistributivas. Santa Catarina apresenta o menor CV médio entre os estados (2,1%) e o menor mediano (1,5%), sugerindo uma distribuição de renda mais uniforme. Essa estabilidade reflete maior equidade e um modelo econômico homogêneo.

Na Região Sul, o CV médio de 1,5% e o mediano de 0,9% destacam o equilíbrio econômico entre os municípios. O Nordeste concentra os maiores CVs, com cidades como Teresina e João Pessoa evidenciando desigualdades elevadas. Entretanto, o Maranhão apresenta um dos menores CVs médios (3,4%), indicando maior uniformidade dentro de uma condição geral de baixa renda. No Sudeste, apesar de sua força econômica, o CV médio é relativamente baixo (2,0%). Porém, capitais como Vitória e São Paulo possuem CVs mais altos, demonstrando desigualdades internas. Nas regiões Centro-Oeste e Sul, os baixos CVs médios de 2,1% e 1,5%, respectivamente, reforçam a uniformidade na distribuição de rendimentos. As Desigualdades são evidenciadas por Altos CVs.

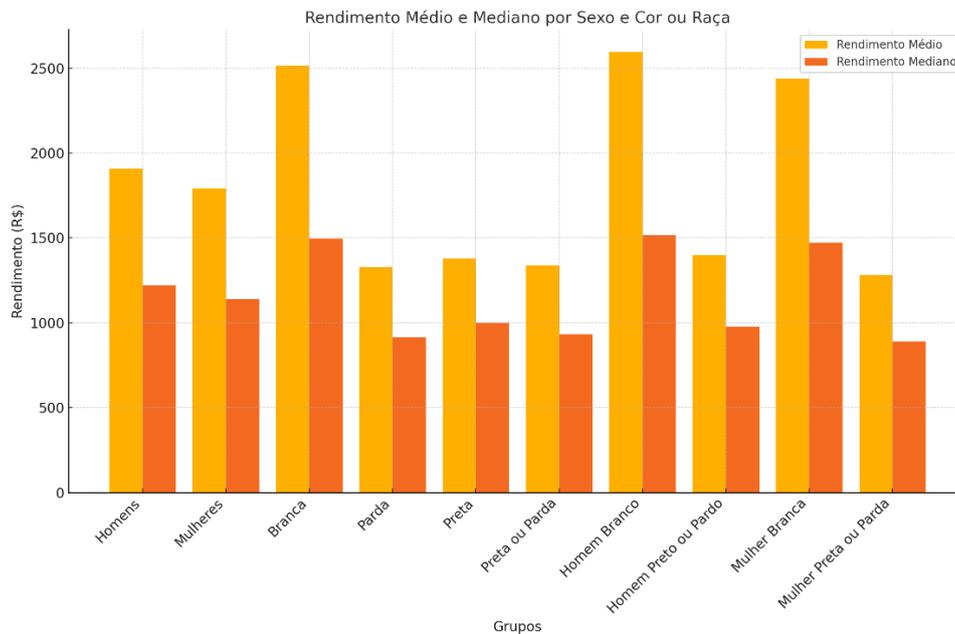
Estados como Santa Catarina e regiões como o Sul apresentam baixos CVs, indicando maior eficiência na distribuição de riqueza. Altos CVs demandam intervenções políticas específicas para reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida nas áreas mais vulneráveis. Baixos CVs indicam sucesso em estratégias de distribuição de renda e podem servir como modelo para regiões com maior dispersão. Essa análise reforça a importância de considerar o coeficiente de variação como uma métrica essencial para diagnosticar desigualdades e orientar a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade econômica e social no Brasil.

3. Análise por Sexo e Raça

Os homens apresentam rendimentos médios de R\$ 1.909, superiores à média nacional, e medianos de R\$ 1.219. Esses valores indicam que os homens possuem rendimentos consistentemente mais elevados do que as mulheres. Por outro lado, as mulheres têm um rendimento médio de R\$ 1.789 e mediano de R\$ 1.141, ambos inferiores aos valores registrados

para os homens. Essa disparidade reflete uma desigualdade estrutural de gênero, especialmente visível no rendimento médio, que é mais sensível a valores extremos.

Gráfico 3



Fonte: IBGE (2024)

Quando analisados os rendimentos por cor ou raça, observa-se que pessoas brancas possuem os maiores rendimentos médios e medianos. O rendimento médio da população branca é de R\$ 2.515, enquanto a mediana é de R\$ 1.496. Esses valores destacam uma posição de vantagem econômica em relação às demais categorias raciais. Em comparação, a população parda tem rendimento médio de R\$ 1.329 e mediano de R\$ 913, evidenciando uma disparidade significativa em relação à população branca. Já a população preta apresenta rendimento médio de R\$ 1.380 e mediano de R\$ 999, valores superiores aos da população parda, mas ainda inferiores à média geral. O agrupamento de pessoas pretas e pardas combinado apresenta rendimento médio de R\$ 1.338 e mediano de R\$ 933, reforçando as desigualdades estruturais em relação à população branca.

Ao considerar a interseção entre gênero e raça, verifica-se que os homens brancos possuem os maiores rendimentos, com média de R\$ 2.598 e mediana de R\$ 1.517. Esses valores refletem a acumulação de vantagens associadas ao gênero e à cor ou raça. Homens pretos ou pardos, por outro lado, têm rendimentos médios de R\$ 1.397 e medianos de R\$ 979, representando menos da metade do rendimento médio dos homens brancos. No caso das mulheres, as brancas registram rendimento médio de R\$ 2.439 e mediano de R\$ 1.473, valores que, embora superiores aos de homens e mulheres pretos ou pardos, ainda permanecem abaixo dos rendimentos dos homens brancos. As mulheres pretas ou pardas estão na posição mais vulnerável, com rendimento médio de R\$ 1.281 e mediano de R\$ 890, o que demonstra como a combinação de desigualdades de gênero e raça amplia as desvantagens econômicas.

Esses resultados enfatizam três pontos principais. Primeiro, a desigualdade de gênero é evidente, com homens apresentando rendimentos superiores às mulheres em todos os recortes. Em segundo lugar, a desigualdade racial persiste, com pessoas brancas sistematicamente ganhando mais do que pretos e pardos. Por fim, a interseccionalidade de gênero e raça coloca as mulheres pretas ou pardas na base da hierarquia econômica, enquanto homens brancos ocupam o topo, ilustrando como diferentes formas de desigualdade se sobrepõem e se reforçam.

4. O Caso de Recife: Comparando com Florianópolis o Município com Média e Mediana mais Altas

Na região Nordeste, o rendimento médio é de R\$ 1.146, enquanto o rendimento mediano é de R\$ 705, evidenciando uma concentração de rendimentos mais baixos em relação ao restante do país. Pernambuco, com rendimento médio de R\$ 1.099 e mediano de R\$ 696, apresenta indicadores inferiores à média regional, refletindo desafios econômicos específicos do estado. Entretanto, Recife, a capital, apresenta desempenhos superiores à média estadual, com rendimento médio de R\$ 1.621 e mediano de R\$ 878, demonstrando sua condição de polo econômico regional.

No recorte de gênero em Recife, verifica-se que os homens possuem rendimento médio de R\$ 1.672 e mediano de R\$ 934, valores superiores aos das mulheres, cujos rendimentos médios são de R\$ 1.576 e medianos de R\$ 846. Essa diferença reflete desigualdades persistentes, em que homens têm maior acesso a rendimentos mais elevados em relação às mulheres.

Quando analisada a variável raça, a população branca em Recife possui rendimento médio de R\$ 2.431 e mediano de R\$ 1.322, muito acima dos rendimentos da população preta e parda, que apresenta média de R\$ 1.236 e mediana de R\$ 753. Esses dados reforçam a desigualdade estrutural racial na capital pernambucana, com um claro favorecimento econômico da população branca em relação à preta e parda.

Na região Sul, os indicadores econômicos são significativamente mais elevados. O rendimento médio é de R\$ 2.167, enquanto o mediano é de R\$ 1.490. Florianópolis, a capital catarinense, lidera os rendimentos na região, com média de R\$ 4.099 e mediana de R\$ 2.653, valores amplamente superiores aos registrados em Recife.

No recorte de gênero em Florianópolis, os homens possuem rendimento médio de R\$ 4.229 e mediano de R\$ 2.812, enquanto as mulheres têm rendimento médio de R\$ 3.968 e mediano de R\$ 2.545. Apesar de a diferença de gênero também ser evidente, ambos os grupos em Florianópolis apresentam rendimentos superiores aos de Recife.

Ao se observar a variável racial em Florianópolis, a população branca registra rendimento médio de R\$ 4.503 e mediano de R\$ 3.056, enquanto a população preta e parda apresenta rendimento médio de R\$ 2.767 e mediano de R\$ 1.598. Embora a população preta e parda de Florianópolis apresente rendimentos superiores aos de Recife, a desigualdade em relação à população branca permanece significativa.

A comparação entre Recife e Florianópolis destaca disparidades regionais marcantes. O rendimento médio em Florianópolis (R\$ 4.099) é mais do que o dobro do registrado em Recife (R\$ 1.621). A mediana segue uma lógica semelhante, com Florianópolis (R\$ 2.653) apresentando valores quase três vezes superiores aos de Recife (R\$ 878). Quando analisados subgrupos

específicos, como homens brancos, Florianópolis apresenta rendimentos médios de R\$ 4.615, muito superiores aos de Recife (R\$ 2.455). Da mesma forma, mulheres pretas ou pardas em Florianópolis possuem rendimento médio de R\$ 2.435, significativamente superior ao de suas contrapartes em Recife (R\$ 1.133).

Esses dados refletem desigualdades estruturais profundas. A região Nordeste, incluindo Recife, apresenta rendimentos significativamente inferiores aos do Sul, refletindo disparidades econômicas históricas e estruturais. As diferenças por gênero e raça são persistentes em ambas as regiões, com homens brancos liderando os rendimentos, enquanto mulheres pretas ou pardas ocupam a base da pirâmide econômica. Apesar de Recife apresentar desempenho acima da média pernambucana, ainda enfrenta desafios significativos para alcançar maior equidade, sobretudo quando comparada a Florianópolis, uma das capitais mais prósperas do país.

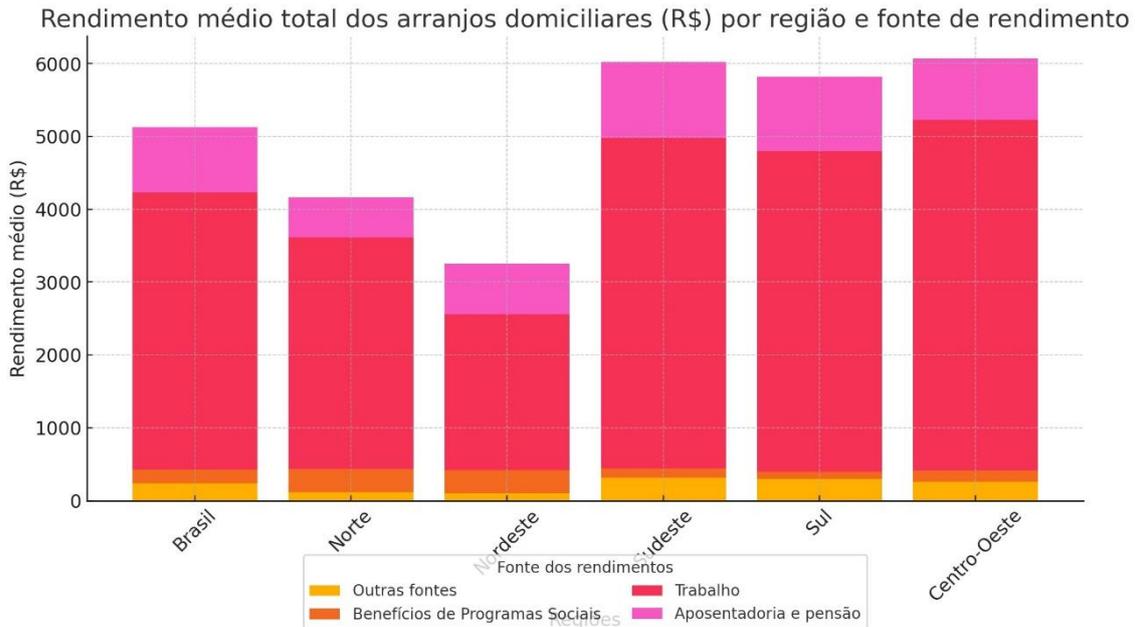
5. O Rendimento Médio e suas Fontes

O gráfico abaixo apresenta o rendimento médio total dos arranjos domiciliares no Brasil em 2023, destacando as diferentes fontes de rendimento – "Outras fontes", "Benefícios de Programas Sociais", "Trabalho" e "Aposentadoria e Pensão" – distribuídas entre as Grandes Regiões do país. No Brasil, o rendimento médio total dos arranjos domiciliares foi de R\$ 5.128. Entre as regiões, o Centro-Oeste apresentou o maior rendimento médio (R\$ 6.072), seguido pelo Sudeste (R\$ 6.028) e Sul (R\$ 5.821). Em contraste, o Nordeste registrou o menor rendimento médio (R\$ 3.254), refletindo desigualdades econômicas regionais significativas.

Ao analisar as fontes de rendimento, o trabalho é a principal origem de renda no Brasil, com média de R\$ 3.804. As regiões Centro-Oeste (R\$ 4.816) e Sudeste (R\$ 4.539) lideram em rendimento médio oriundo do trabalho, enquanto o Nordeste apresenta o menor valor (R\$ 2.137). Já os benefícios de programas sociais, como o Bolsa Família, contribuem com uma média de R\$ 188 no Brasil. Esse valor é mais expressivo no Norte (R\$ 313) e no Nordeste (R\$ 317), destacando a importância das transferências governamentais nessas regiões mais vulneráveis. Por outro lado, o Sul (R\$ 95) e o Sudeste (R\$ 126) têm uma menor dependência desses benefícios.

As aposentadorias e pensões têm um peso relevante na composição do rendimento, com média nacional de R\$ 898. Os valores mais altos estão no Sudeste (R\$ 1.047) e no Sul (R\$ 1.026), refletindo benefícios previdenciários mais elevados. No Norte, entretanto, o valor médio é o menor entre as regiões (R\$ 553). Além disso, rendas provenientes de outras fontes, como aluguéis e investimentos, têm média nacional de R\$ 238, sendo mais significativas no Sudeste (R\$ 315) e Sul (R\$ 299), enquanto no Nordeste esse valor é de apenas R\$ 104.

Gráfico 5



Fonte: IBGE (2024)

Regionalmente, o Norte e o Nordeste apresentam os menores rendimentos médios totais, evidenciando uma maior dependência de programas sociais e menores valores médios em todas as fontes de rendimento. No outro extremo, o Sudeste e o Centro-Oeste se destacam com rendimentos mais altos, sustentados principalmente pelo trabalho e outras fontes. O Sul também possui um rendimento médio elevado, com uma contribuição significativa das aposentadorias e pensões.

Os valores revelam profundas desigualdades regionais no Brasil, com diferenças significativas na composição e no valor médio das fontes de rendimento. As regiões Norte e Nordeste dependem mais de transferências governamentais, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste mostram economias mais diversificadas e dinâmicas. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas para reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento econômico nas áreas mais vulneráveis.

A divisão por fontes de renda (trabalho, aposentadorias, programas sociais e outras) ajuda a identificar os principais fatores que sustentam os rendimentos domiciliares em cada região:

Trabalho: Principal fonte de renda em todas as regiões, com maior contribuição nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Isso reflete melhores oportunidades de emprego e salários mais altos nessas áreas.

Programas Sociais: São cruciais em regiões como Nordeste e Norte, onde contribuem significativamente para a renda familiar. Isso ressalta a importância das transferências governamentais para a redução da pobreza e apoio a populações vulneráveis.

Aposentadorias: Têm um papel relevante, especialmente no Sul e Sudeste, onde os valores médios são mais elevados, refletindo provavelmente o perfil demográfico, o menor grau de

dependência das famílias e de seus membros com aqueles aposentados e a maior formalização do mercado de trabalho e acesso à previdência.

Esses dados são fundamentais para formulação de políticas públicas direcionadas:

Programas Sociais: Regiões como Nordeste e Norte dependem fortemente desses benefícios. Esses dados podem orientar ajustes e expansões para maior eficácia.

Desenvolvimento Econômico: No Nordeste, por exemplo, investimentos em geração de empregos, educação e infraestrutura podem reduzir a dependência de transferências sociais e elevar os rendimentos.

Sustentabilidade Previdenciária: A relevância das aposentadorias destaca a necessidade de garantir a sustentabilidade do sistema e ampliar a formalização no mercado de trabalho.

A diferença entre as regiões com maior e menor rendimento médio (Centro-Oeste e Nordeste) evidencia a necessidade de iniciativas de desenvolvimento regional. Essas iniciativas devem buscar equalizar o acesso a oportunidades econômicas e sociais.

Regiões como Nordeste e Norte mostram maior dependência de programas sociais, evidenciando a importância da rede de proteção social para mitigar a pobreza. Esses dados podem orientar estratégias para tornar esses programas mais eficazes e alinhados às necessidades locais.

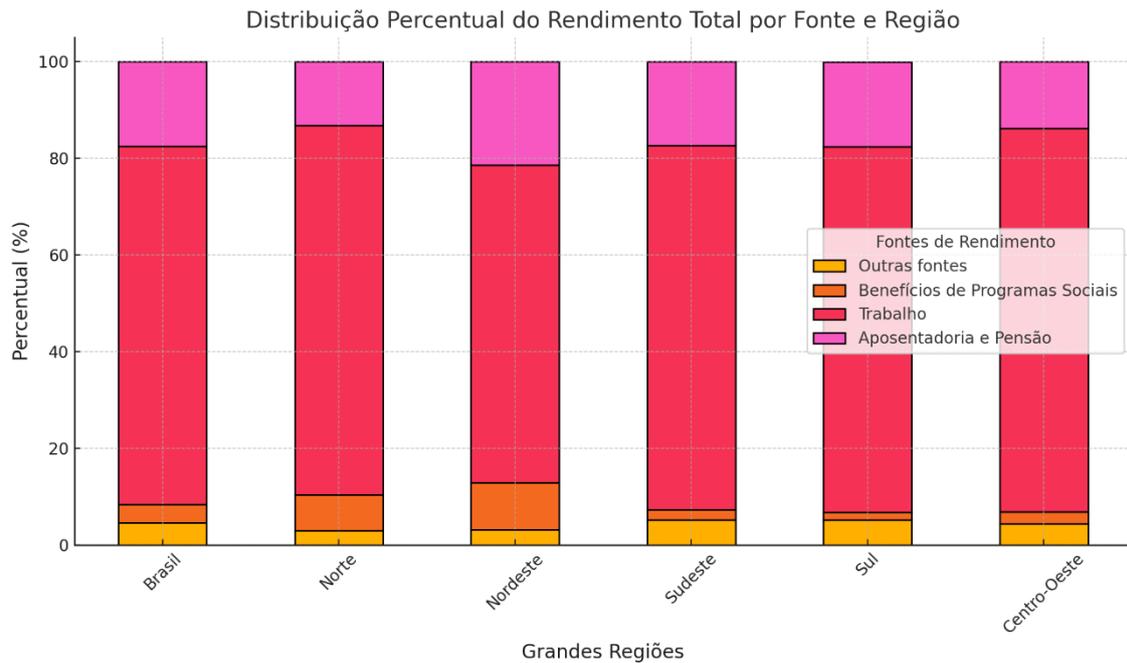
6. Análise da distribuição percentual do rendimento total dos arranjos domiciliares por fonte no Brasil

A análise da distribuição percentual do rendimento total dos arranjos domiciliares por fonte no Brasil revela significativas diferenças regionais. Em âmbito nacional, o trabalho é a principal fonte de rendimento, contribuindo com 74,2% do total. As aposentadorias e pensões representam 17,5%, seguidas por outras fontes (4,6%) e benefícios de programas sociais (3,7%). No entanto, essa distribuição varia de forma acentuada entre as regiões.

No Norte, o trabalho também é predominante, representando 76,3% do rendimento total, ligeiramente acima da média nacional. Os benefícios de programas sociais têm um peso maior (7,5%), enquanto as aposentadorias e pensões correspondem a apenas 13,3%. Outras fontes contribuem com 2,9%, sendo a menor participação entre as regiões.

O Nordeste apresenta uma composição distinta e mais dependente de benefícios sociais e aposentadorias. O trabalho, embora ainda seja a principal fonte de rendimento, corresponde a 65,7% do total, significativamente abaixo da média nacional. Os benefícios de programas sociais têm a maior participação entre as regiões, com 9,7%, e as aposentadorias e pensões somam 21,4%, também acima da média nacional. Outras fontes contribuem com apenas 3,2%.

Gráfico 6



Fonte: IBGE (2024)

No Sudeste, o trabalho é responsável por 75,3% do rendimento, próximo à média nacional. A região apresenta a maior participação de outras fontes (5,2%), refletindo a diversificação econômica. Benefícios de programas sociais e aposentadorias têm menor peso, representando 2,1% e 17,4%, respectivamente.

A região Sul possui um perfil semelhante ao Sudeste, com o trabalho correspondendo a 75,6% do rendimento total e uma participação elevada de aposentadorias e pensões (17,6%). Outras fontes representam 5,1%, enquanto os benefícios sociais têm o menor impacto, com apenas 1,6%.

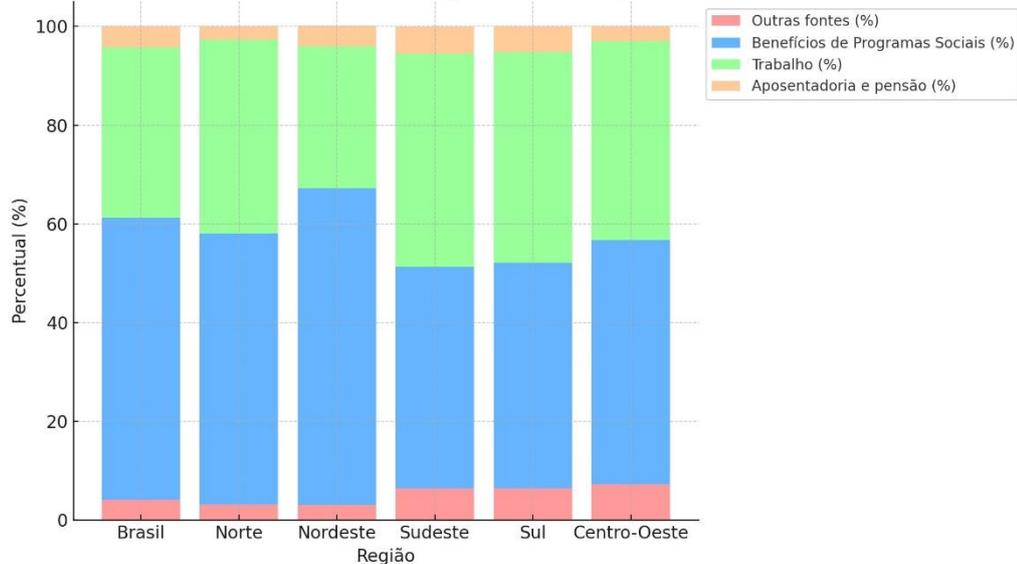
Por fim, o Centro-Oeste se destaca pelo maior peso do trabalho no rendimento total (79,3%), acima de todas as outras regiões. Outras fontes contribuem com 4,3%, e os benefícios sociais e aposentadorias representam 2,5% e 13,9%, respectivamente, indicando menor dependência de transferências governamentais.

A análise evidencia que o Nordeste tem o menor percentual de rendimentos provenientes do trabalho (65,7%) e a maior dependência de benefícios sociais (9,7%) e aposentadorias e pensões (21,4%). Em contraste, regiões como o Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior participação do trabalho no rendimento total, variando de 75,3% a 79,3%, refletindo economias mais dinâmicas e menor dependência de transferências governamentais.

A maior dependência de benefícios sociais no Nordeste ressalta a vulnerabilidade econômica da região, onde programas como o Bolsa Família desempenham um papel crucial no sustento das famílias. Em comparação, o Centro-Oeste, com a maior participação do trabalho (79,3%), e o Sudeste, com maior diversificação de fontes de renda (5,2% provenientes de outras fontes), indicam economias mais resilientes e menos dependentes de políticas assistenciais. O Sul, embora similar ao Sudeste, também destaca a relevância das aposentadorias e pensões (17,6%).

Gráfico 7

Distribuição Percentual do Rendimento Total dos Arranjos Domiciliares por Fonte de Rendimento



Fonte: IBGE (2024)

O gráfico acima apresenta a distribuição percentual do rendimento total dos arranjos domiciliares per capita no Brasil e suas grandes regiões, destacando as fontes de renda: outras fontes, benefícios de programas sociais, trabalho e aposentadoria/pensão, considerando a classe de rendimento de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Os benefícios de Programas Sociais representam a principal fonte de renda em todas as regiões, sendo mais significativa no Nordeste (64,2%) e no Norte (54,9%). Isso reflete a alta dependência dessas transferências em regiões com maior vulnerabilidade econômica. No Sul e Sudeste, embora também tenham presença relevante, os benefícios sociais são proporcionalmente menos importantes (45,7% e 44,9%, respectivamente), evidenciando economias locais mais diversificadas.

A participação da renda do trabalho é maior no Sudeste (43,2%) e no Sul (42,7%), enquanto no Nordeste (28,8%) ela é significativamente menor. Esses números reforçam o impacto das desigualdades regionais na geração de oportunidades formais de emprego e melhores remunerações.

O Centro-Oeste (40,3%) também apresenta uma contribuição expressiva do trabalho, indicando menor dependência de benefícios sociais em comparação com as regiões Norte e Nordeste.

Embora sejam uma fonte menor de rendimento geral, aposentadorias e pensões têm maior relevância no Sudeste (5,4%) e no Sul (5,2%). Esses números podem estar associados ao maior índice de formalização do mercado de trabalho nessas regiões.

No Norte, a contribuição desse componente é a menor entre as regiões (2,7%), reforçando a fragilidade das condições previdenciárias locais.

As “outras fontes” de rendimento têm maior destaque no Centro-Oeste (7,2%) e Sudeste (6,4%), refletindo maior diversificação de renda, como investimentos e aluguéis. No Nordeste e Norte,

essa categoria apresenta os menores percentuais (3,0% e 3,2%, respectivamente), evidenciando menor capacidade de diversificação da renda.

Os dados refletem disparidades regionais significativas, com regiões como Norte e Nordeste dependendo mais fortemente de benefícios sociais, enquanto Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam maior participação do trabalho e outras fontes na composição dos rendimentos. Essas diferenças reforçam a necessidade de políticas públicas específicas para promover desenvolvimento econômico nas regiões mais vulneráveis, com foco na ampliação das oportunidades de emprego formal e na diversificação das fontes de renda. Essas diferenças reforçam a necessidade de políticas públicas específicas para promover o desenvolvimento econômico no Nordeste, como investimentos em educação, infraestrutura e geração de emprego, visando reduzir a dependência de benefícios sociais e aumentar a participação do trabalho como principal fonte de renda.

7. O Nordeste e a Redução da Dependência de Programas Sociais dos Mais Pobres

A experiência de Indiaroba e a implementação da moeda social Aratu, conforme detalhado na NT 45, demonstram que é possível transformar a realidade socioeconômica de municípios vulneráveis por meio de iniciativas integradas e inovadoras. A adoção de moedas sociais em municípios do Nordeste pode ser um importante instrumento para reduzir o gap entre a renda do trabalho e a dependência de políticas assistenciais. Ao fomentar o empreendedorismo, valorizar a produção local e fortalecer as redes econômicas comunitárias, essas iniciativas têm o potencial de promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável, consolidando o aumento da renda do trabalho como pilar central para a redução das desigualdades regionais.

O Nordeste brasileiro apresenta um cenário socioeconômico caracterizado por baixa participação da renda proveniente do trabalho (65,7%) e uma elevada dependência de políticas assistenciais (9,7%). Esse quadro evidencia desafios estruturais na geração de emprego e na sustentabilidade econômica da região, reforçando a necessidade de políticas públicas inovadoras que promovam o desenvolvimento local, a inclusão produtiva e a redução da dependência de transferências governamentais. Nesse contexto, as moedas sociais, como a Aratu, descritas na Nota Técnica 45 sobre o Banco Popular de Indiaroba, emergem como instrumentos promissores para dinamizar a economia local e estimular o aumento da renda do trabalho.

Conforme abordado na NT 45⁵, as moedas sociais são ferramentas criadas para circular exclusivamente em uma comunidade ou região, com o objetivo de fomentar o consumo local, estimular redes de solidariedade e fortalecer pequenos negócios. Em Indiaroba-SE, a implementação do Banco Popular e da moeda social Aratu exemplifica o potencial transformador dessas iniciativas no fortalecimento da economia local e na inclusão financeira de populações vulneráveis.

A Aratu, em dois anos de funcionamento, gerou uma circulação financeira de R\$ 4,5 milhões no município, beneficiando diretamente 306 empreendedores locais e 1.000 famílias de pequenos

⁵ https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/NotaTecnica45_BancoPopulardeIndiaroba.pdf

agricultores e pescadores. Essa experiência comprova que as moedas sociais podem criar ciclos virtuosos de desenvolvimento econômico ao:

- Reduzir a evasão de capital, garantindo que os recursos permaneçam dentro da comunidade.
- Estimular o empreendedorismo local, oferecendo crédito acessível e adaptado às necessidades da população.
- Aumentar a capacidade de consumo e geração de renda entre os pequenos produtores e trabalhadores informais.

O principal desafio enfrentado pelo Nordeste está relacionado à baixa inserção de trabalhadores em atividades produtivas formais ou de alta remuneração. As moedas sociais, integradas a políticas públicas estruturadas, podem contribuir diretamente para o aumento da renda proveniente do trabalho por meio de diferentes mecanismos:

- Fomento ao Empreendedorismo Local: A moeda social cria um mercado protegido e exclusivo para produtos e serviços locais, o que estimula a criação e o fortalecimento de pequenos negócios. O acesso a microcréditos facilitados, como no caso do Projeto Mulher Empreendedora em Indiaroba, proporciona aos empreendedores os meios necessários para expandir suas atividades, resultando em maior geração de emprego e aumento da renda do trabalho.
- Integração com Programas Assistenciais: Como descrito na NT 45, a integração da moeda social com o Programa Bolsa Família em Indiaroba garantiu que parte significativa dos recursos transferidos circulasse no comércio local. Esse modelo estimula a demanda por produtos e serviços locais, gerando novas oportunidades de trabalho e promovendo uma transição gradual da renda assistencial para a renda do trabalho.
- Inclusão Financeira e Produtiva: O Banco Popular de Indiaroba desempenhou um papel central na inclusão de trabalhadores e empreendedores informais, que frequentemente estão excluídos do sistema bancário tradicional. O acesso a crédito, combinado com educação financeira, possibilitou que essas pessoas formalizassem suas atividades econômicas e aumentassem sua produtividade e renda.
- Valorização da Produção Local: Iniciativas como o Programa Alimenta Indiaroba, que utiliza recursos da moeda social para adquirir produtos da agricultura familiar, demonstram como as políticas integradas podem fortalecer cadeias produtivas locais. Essa valorização da produção local amplia a renda dos pequenos agricultores e pescadores, consolidando sua participação no mercado de trabalho.

As moedas sociais não apenas criam uma base econômica mais sólida, como também promovem a formalização do mercado de trabalho e a ampliação das oportunidades de emprego. A circulação exclusiva da moeda em uma região específica estimula a demanda por mão de obra local, incentivando a expansão de negócios e a diversificação econômica.

Além disso, o fortalecimento das redes de produção e consumo locais, proporcionado pelas moedas sociais, tem o potencial de reduzir a informalidade e ampliar o acesso dos trabalhadores a direitos básicos, como previdência e proteção social. Assim, o aumento da renda do trabalho não é apenas uma consequência natural dessas iniciativas, mas também um objetivo estratégico que pode ser alcançado por meio de políticas públicas integradas e sustentáveis.

Para ampliar os impactos positivos observados em Indiaroba e replicar o modelo em outros municípios nordestinos, é fundamental:

- Ampliar a aceitação da moeda social em diferentes setores da economia local, incluindo serviços e turismo, para diversificar as oportunidades de geração de renda.
- Integrar a moeda social a outros programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, garantindo que os recursos circulem no comércio local e estimulem a geração de emprego.
- Priorizar o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária, assegurando que os pequenos produtores tenham acesso a mercados e a incentivos para expandirem suas atividades.
- Investir em capacitação e educação financeira, promovendo maior eficiência no uso dos recursos e incentivando a adoção de práticas produtivas inovadoras e sustentáveis.

Conclusões

A análise dos rendimentos no Brasil evidencia profundas desigualdades econômicas que se manifestam em diferentes dimensões, como região, gênero e raça. O contraste entre os rendimentos médios e medianos reflete a influência de valores extremos na composição da média, sugerindo concentração de riqueza em grupos específicos. Essa disparidade é corroborada pelos coeficientes de variação, que indicam maior heterogeneidade em regiões como o Nordeste, contrastando com a relativa homogeneidade do Sul e Centro-Oeste.

As desigualdades regionais permanecem marcantes: enquanto o Sul e o Sudeste lideram em rendimentos médios e medianos, regiões como o Norte e o Nordeste mostram maior dependência de transferências sociais, reforçando a importância de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e o desenvolvimento econômico nessas áreas. Além disso, a análise por fontes de renda evidencia que o trabalho é a principal origem de rendimentos, mas o papel das aposentadorias e dos programas sociais varia significativamente entre as regiões, destacando a necessidade de abordagens regionais diferenciadas.

No recorte de gênero e raça, as desigualdades são igualmente significativas. Homens brancos ocupam o topo da pirâmide econômica, enquanto mulheres pretas ou pardas enfrentam as condições mais desfavoráveis. Essa interseccionalidade de desigualdades reforça a urgência de políticas públicas que integrem ações de equidade racial e de gênero, promovendo maior inclusão e oportunidades.

Portanto, os dados apresentados reforçam a necessidade de políticas públicas abrangentes e direcionadas. Investimentos em educação, qualificação profissional, e infraestrutura são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico sustentável nas regiões mais vulneráveis. Paralelamente, é essencial fortalecer a rede de proteção social e ajustar os programas de transferência de renda para atender de forma mais eficaz às necessidades locais. A promoção de igualdade de oportunidades para grupos historicamente marginalizados deve ser prioridade, a fim de reduzir as desigualdades estruturais que comprometem o potencial de desenvolvimento econômico e social do país.